

Sociologia da Educação  
Sócio-Comunitária:  
uma Proposta de Análise  
das Experiências Educacionais  
Sócio-Comunitárias da Região  
Metropolitana de Campinas-SP

Sociology of Socio-  
Communitarian Education:  
a Proposal of Analysis of the  
Social-Communitarian  
Educational Experiences  
of the Metropolitan Region  
of Campinas-SP

**Luís Antonio Groppo**

Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP/Campinas-SP  
Professor do Programa de Mestrado em Educação  
do UNISAL/Americana-SP e  
pesquisador do CNPq

---

Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano IX - N.º 17 - 2.º Semestre/2007  
Sociologia da Educação Sócio-Comunitária: uma Proposta de Análise  
das Experiências Educacionais Sócio-Comunitárias da Região Metropolitana de Campinas-SP – pp. 109-126  
GROPPO, L. A.

109

## Resumo

Este artigo relata propostas e resultados de uma pesquisa financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a qual traz como objetivos: a) contribuir para a constituição de uma Sociologia da Educação Sócio-Comunitária com base na articulação das concepções de comunidade e sociedade como lógicas sociais interdependentes e em contraposição à lógica sistêmica (que preside o mercado capitalista e o Estado); b) fazer uso desta Sociologia para a análise das experiências de Educação Sócio-Comunitária na Região Metropolitana de Campinas-SP, consideradas tais experiências como tipos especiais de ação pedagógica (em destaque a educação social e a educação comunitária, mais ou menos diferenciadas do ensino formal dos sistemas escolares), mas incluindo também as efetivas e necessárias relações entre escola e “comunidade”, seja esta o bairro, a vizinhança ou as famílias dos alunos.

## Palavras-chave

Educação Sócio-Comunitária – Sociologia da Educação – Educação Formal e Não-formal – Relação Escola-Comunidade.

## Abstract

This article tells proposals and results of a research financed for the CNPq (National Advice of Scientific and

Technological Development), which brings as objective: a) to contribute for the constitution of a Sociology of the Social-Communitarian Education with the use of the conceptions of community, society and systemic logical (that it presides over the capitalist market and the State); b) to make use of this Sociology for the analysis of the experiences of Social-Communitarian Education in the Region Metropolitan of Campinas-SP, considered such experiences as special types of pedagogical action (in prominence the social education and the communitarian education, more or less differentiated of the formal education of the school systems), but also including the effective and necessary relations between school and “community”, either this the quarter, the neighborhood or the families of the pupils.

### **Keywords**

Socio-Communitarian Education – Sociology of the Education – Formal Education and No-Formal Education - Relation School-Community.

### **Introdução**

A proposta desta pesquisa parte de um professor pesquisador que se considera bastante envolvido com a construção de um Programa de Pós-Graduação estritamente ligado a intervenções sociais concretas, programa cuja proposta é a formação de profissionais pesquisadores capazes

de atuar tanto como intérpretes quanto interlocutores desta área, a Educação Sócio-Comunitária. Trata-se do Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL/Americana-SP.

A adoção desta área de concentração, conforme ilustrado no Relatório APCN enviado à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (jul./2004, p. 14), nada tem de artificial, ao contrário, já que “[...] inscreve-se numa perspectiva histórica da presença educativa salesiana marcada pelo compromisso com a sociedade e a cidadania [...]”, tendo como ponto de partida a proposta do padre João Bosco que, em Turim, 1841, criou o oratório, instituição voltada à assistência e educação de jovens das camadas populares. Mais recentemente, em 1999, seguindo sua tradição histórica, mas sem abdicar de um olhar crítico pautado nas ciências da educação, o UNISAL criou a Especialização em Educação Social na Unidade de Campinas-SP. Foi uma das matrizes da proposta deste Mestrado em Educação, que em 2004 foi recomendado pela CAPES.

Desde então, a produção de pesquisas empíricas, tanto por docentes quanto mestrandos, sobre a Educação Sócio-Comunitária, viu-se acompanhada sempre de um rico debate sobre a própria conceituação do objeto deste Mestrado. Mas o conceito e a realidade da Educação Sócio-Comunitária vêm se revelando sagaz, dinâmica, surpreendente e complexa.

Uma das propostas de sua conceituação é a da “educação social”, a qual enfatiza formas de intervenção social destinada ao desenvolvimento de grupos humanos ou à

melhoria de seu bem-estar e qualidade de vida, utilizando estratégias educacionais (CARO; GUZZO, 2004). A educação social tende a enfatizar as ações educacionais “não-formais”, principalmente aquelas realizadas fora do ensino escolar.

Outra proposta enfatiza a educação comunitária conforme pensada por Martin Bubber (1987), mas retraduzida como educação “sócio-comunitária” no sentido de que leva em conta a complexificação social e a complementaridade entre o cultivo de relações comunitárias e o preparo para a vida na “grande sociedade” (MORAIS, 2005).

Uma terceira proposta, embasada principalmente no marxismo, faz uso dos conceitos de práxis comunitária e práxis social para repensar as crescentes – mas nem sempre novas – formas de intervenção educacional que se diferenciam (ou que procuram se diferenciar) da educação escolar “formal”: Educação Não-Formal, Comunitária, cooperativa, social, via organizações não-governamentais, projetos de responsabilidade social etc. (NORONHA, 2004; MARTINS, 2005). Aqui, a práxis destas intervenções é avaliada como sendo ainda de tipo “comunitário”, portanto restrita a realidades e problemas locais, incapaz de transformações estruturais mais amplas. Porém, acredita ser possível a elevação destas intervenções a um nível mais conseqüente e, sobretudo, a articulação delas de modo orgânico, permitindo a sua evolução para a práxis de tipo “social” (que é capaz de alterar as estruturas sociais de modo relevante).

Nesse sentido, acredito que temos em construção em nosso mestrado um “foco” ou um “olhar sócio-comunitário” sobre a educação. Ele se revela quando procuramos compreender e interpretar, em primeiro lugar, estas ações

educacionais alternativas à educação escolar “formal”. Em segundo lugar, as inter-relações escolas/comunidade-sociedade. Porém, não se trata tão-somente do estudo da educação social, da educação comunitária e da inter-relação escola/comunidade – ainda que, no meu entender, sejam objetos privilegiados para nossas pesquisas. Num sentido mais amplo, o “olhar sócio-comunitário” sobre a educação promove o estudo dos “impactos sociais da educação”, a saber, tanto a influência da educação (seja esta, escolar, social, comunitária, não-formal, informal etc.) sobre a sociedade, quanto à influência da sociedade (seja esta presente na forma de processos sócio-históricos gerais, ou através da comunidade ou mesmo das famílias dos educandos) sobre a educação.

Minha colaboração, nesta pesquisa em andamento, cujos traços gerais e resultados parciais aqui são apresentados, pretende se fazer, inicialmente, na constituição deste “olhar sócio-comunitário” sobre o objeto educacional. Em segundo lugar, a aplicação deste olhar – como pesquisa científica e abertura de novos horizontes para a práxis social – para pensar as realidades educacionais na RMC (Região Metropolitana de Campinas), onde se localiza a instituição que acolhe este mestrado. A Sociologia é um saber de contribuição ímpar nestas tarefas. Deste modo, proponho-me a pensar as possibilidades de uma “Sociologia da Educação Sócio-Comunitária”, mais estritamente, uma Sociologia capaz de investigar as lógicas sociais (comunitárias, societárias ou sistêmicas) que informam e conformam as práticas educacionais.

## Objetivos e justificativa

Esta pesquisa traz como objetivos:

- a) Contribuir para a constituição de uma Sociologia da Educação Sócio-Comunitária com base na articulação das concepções de comunidade e sociedade como lógicas sociais interdependentes e em contraposição à lógica sistêmica (que preside o mercado capitalista e o Estado).
- b) Fazer uso desta Sociologia para a análise das experiências de Educação Sócio-Comunitária na RMC (Região Metropolitana de Campinas-SP), consideradas, estas experiências, como tipos especiais de ação pedagógica (em destaque, a educação social e a educação comunitária, mais ou menos diferenciadas do ensino formal dos sistemas escolares), mas incluindo também as efetivas e necessárias relações entre escola e “comunidade” (seja esta o bairro, a vizinhança ou as famílias dos alunos).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de um maior conhecimento sobre esta realidade educacional que, apesar de não ser inédita, tornou-se bastante marcante nos dias atuais em que se evidencia a crise dos sistemas estatais de educação e os limites do ensino privado e das experiências do “Terceiro Setor”.

## Metodologia da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa, a “construção” da Sociologia da Educação Sócio-Comunitária pretende

---

Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano IX - N.º 17 - 2.º Semestre/2007  
Sociologia da Educação Sócio-Comunitária: uma Proposta de Análise  
das Experiências Educacionais Sócio-Comunitárias da Região Metropolitana de Campinas-SP – pp. 109-126  
GROPPO, L. A.

115

considerar uma série de contribuições, vindas principalmente do campo da Sociologia e História da Educação, mas também da área do Serviço Social.

Ela pretende se realizar em torno da discussão teórico-conceitual sobre:

- a) As lógicas societária, comunitária e sistêmica.
- b) Os fundamentos da Educação Sócio-Comunitária, a partir do debate com outras concepções análogas em relação a este “objeto” e através de uma discussão histórica sobre concepções que antecipam ou preparam a atual conformação da Educação Sócio-Comunitária.

Parte desta discussão já foi iniciada e é apresentada no próximo item, como resultados parciais da pesquisa.

Na segunda etapa, pretende-se aplicar este modelo teórico-conceitual a alguns casos de Educação Sócio-Comunitária selecionados na RMC. Pretende-se aqui, notadamente, testar a possibilidade de considerar o “olhar” da Sociologia da Educação Sócio-Comunitária como metodologia e referencial conceitual relevante para a compreensão destas realidades educacionais.

### **A lógica sócio-comunitária na educação**

Constitui-se como principal fundamento teórico da pesquisa a síntese da sociologia funcionalista, weberiana e marxista construída pela tradição da chamada “Escola de Sociologia da USP”, em torno da obra de Florestan Fernandes e seus seguidores (Cf. FERNANDES, 1972; IANNI, 2000) –

da qual devo muito da minha formação. Do ponto de vista da Sociologia da Educação, adoto também uma síntese, que deriva da anterior, que considera de modo crítico as contribuições de Émile Durkheim à Sociologia da Educação (DURKHEIM, 1947, 1978), mas principalmente as contribuições da chamada Escola de Frankfurt (ADORNO, 1986; ZUIN et. al., 2000) em um diálogo com a obra de Pierre Bourdieu sobre a educação escolar (BOURDIEU, 1998, BOURDIEU; PASSERON, 1975). Enfim, também um diálogo com as tradições marxistas da Sociologia da Educação (NOGUEIRA, 1993; MANACORDIA, 1996; NOSELLA, 1992).

Começo considerando sobre os termos comunidade e sociedade, os quais se referem a: a) tipos de grupo social (conceitos descritivos); b) lógicas ou princípios da vida social (conceitos operacionais); c) partes do curso da vida individual e do cotidiano. Nas suas acepções descritivas, comunidade e sociedade seriam tipos distintos de grupo social: a comunidade como grupo menor, tradicional, primitivo, simples, rural e de tipo primário; a comunidade como grupo maior, moderno, complexo, urbano e de tipo secundário. Entretanto, desde logo a sociologia notou que comunidade e sociedade são aspectos da vida social presentes em todos os grupos e relações sociais, em diferentes combinações. Todo grupo social é comunidade e sociedade ao mesmo tempo, ainda que um dos dois princípios costume ser pre-ponderante.

No sentido operacional, como lógica ou princípio da vida social, a comunidade refere-se à Simbiose e Laços Territoriais, ou seja, à colaboração mais ou menos automática entre indivíduos e grupos, sob a ordem do “tácito”. A sociedade, ao consenso e comunicação, ou seja, às relações mediadas pela linguagem, diálogo e busca do entendimento,

para além e até contra a ordem do tácito. O princípio comunitário tende a suprir a necessidade humana de segurança e proteção. O societário, o desejo de liberdade. Se a proteção comunitária em excesso tende a formar uma barreira contra o desejo humano de liberdade, contra a autocriação individual e a vontade de “ser mais”, entretanto, o florescimento do princípio societário não pode prescindir de uma “base” comunitária, ou seja, de uma integração material simbiótica capaz de garantir a sobrevivência e de um conjunto de valores tradicionais que erigem uma identidade coletiva. Tais lógicas, portanto, visam suprir necessidades e desejos fundamentais do ser humano, permitindo assim a sobrevivência e a liberdade do ser humano. Pode-se considerá-las, assim combinadas, como a lógica sócio-comunitária da vida coletiva.

Esta concepção operacional de comunidade e sociedade é a principal adotada nesta pesquisa. Mas a ela se complementa um terceiro sentido – como partes do curso da vida individual e do cotidiano – o qual não há espaço aqui para poder discutir.

A princípio, poderia se dizer que no mundo contemporâneo predomina a lógica societária. Entretanto, concebo a modernização, antes, como a perversão de ambos estes princípios, o comunitário e o societário, ou a colonização da lógica sócio-comunitária por lógicas sistêmicas. Portanto, uma outra lógica social predomina atualmente, a “integração sistêmica”, que é a lógica dos artefatos, principalmente do capital e do poder, através da atuação dos agentes do capital (mercado, grandes empresas e agências supra-nacionais) e do Estado. A lógica sistêmica, neste sentido, não é inerente ou imprescindível à vida social humana, e,

para existir, coloca os seres humanos e os grupos sociais ao serviço das necessidades das “coisas” (capital e poder).

No mundo contemporâneo, as lógicas sistêmicas articuladas em torno da reprodução do capital e do poder hegemonomizam as rotinas da vida social. Contudo, são relações em muito ainda permeadas pela lógica sócio-comunitária, mas esta está quase sempre subsumida, adaptada ou calada pelos objetivos da integração sistêmica.

O mesmo se observa em um dos campos específicos da vida social, encarregado, justamente, da sua recriação: a educação. É preciso atentar ao fato de que a educação é uma das formas da vida social em que a lógica sócio-comunitária mais precisa aflorar, aparecer e, justamente por isto, ser manipulada.

Tanto quanto noutras esferas da vida social, a lógica sócio-comunitária é desde logo instrumentalizada em prol da integração sistêmica, podada naquilo que poderia extravasar ou extravasar em relação às necessidades da reprodução do mundo das coisas. Não haverá espaço para demonstrar isto em relação ao sistema educacional “formal”, tanto público quanto privado. Mas vale um breve comentário sobre o “Terceiro Setor”. Em geral as ações de tipo educacional veiculadas por este acabam subsumidas a uma ou as duas lógicas sistêmicas, inclusive pela evidente e forte presença do financiamento de instituições supranacionais e o uso de recursos do próprio Estado para sua manutenção, apesar da veiculação da idéia de que fazem parte de um setor independente do Estado (o “primeiro” setor) e do mercado (o “segundo”) (Cf. SILVA, 2003).

Neste sentido, a Educação Sócio-Comunitária vai ser possível, ao mesmo tempo, como resistência e como ocupação

dos interstícios destas educações instrumentalizadas. Esta Educação Sócio-Comunitária é real e utópica. É real no que se refere à presença importante e necessária do princípio sócio-comunitário nos interstícios daqueles sistemas e experiências educacionais instrumentalizadas. Também é concreta, em diversas experiências de resistência ou meramente não incomodadas (ainda) pelo Estado, mercado ou burocracias empresariais e supranacionais.

O olhar histórico sobre este tema também permite visualizar a realidade desta modalidade educacional ao longo do tempo, que sempre existiu ao longo da modernidade, ao lado ou no interior dos sistemas educacionais hegemônicos, e até mesmo antes da constituição destes modernos sistemas, como as cooperativas e as experiências anarquistas dentro dos movimentos operários europeus do século XIX, (NORONHA, 2004).

A Educação Sócio-Comunitária também é utópica, ou melhor, é, em parte, uma possibilidade. Trata-se da possibilidade de construção de novas experiências e ações educacionais, atentas à necessidade de produção de sociabilidades comunitárias tanto quanto de liberdades individuais capazes de viver à margem ou resistir às lógicas sistêmicas. Também como parte desta utopia, a possibilidade de uma maior articulação orgânica entre estas diversas experiências, ações e projetos de Educação Sócio-Comunitária. Primeiro, como ação consciente dos seus agentes, capaz não apenas de um olhar sobre o local, o micro, mas também sobre o geral, o nacional, o macro e até o global. Segundo, como ação não apenas capaz de alterar as consciências e os valores sociais, mas também capaz de criar ou ajudar a criar novos modos de viver e produzir –

permitindo-a ser uma espécie de educação que é também práxis, ou seja, tanto teoria quanto ação, tanto ação teorizada (fundamentada) quanto teoria concretizada (transformadora) (FREIRE, 2004; MARTINS, 2006).

### **Discussão sobre os fundamentos da Educação Sócio-Comunitária**

Ainda estou realizando a etapa teórico-conceitual desta pesquisa. Pretendo ainda aprofundar-me nesta, tanto sob um olhar histórico quanto por meio de uma análise crítica de proposições contemporâneas sobre a educação social, popular, comunitária e “não-formal”, as quais, espero, permitirão aprofundar a análise dos fundamentos da Educação Sócio-Comunitária.

Proponho, inclusive para desvendar um pouco mais esta trama complexa:

1. Realizar uma discussão histórica sobre concepções que antecipam ou preparam a atual conformação da Educação Sócio-Comunitária, como:
  - Experiências educacionais em torno de movimentos socialistas, anarquistas e cooperativistas, desde o século XIX (Cf. NORONHA, 2004; GALLO, 1995).
  - Experiências relacionadas ao que foi denominado como “desenvolvimento de comunidade” – com um sentido ideológico muito diferente das concepções acima citadas, informadas inclusive por políticas anticomunistas de Washington (Cf. AMMANN, 2003).
  - Experiências históricas envolvendo propostas e ações inovadoras de inter-relação escola/comunidade, como

aquelas perpetradas pelos movimentos estudantis de 1968 (Cf. GROPPPO, 2005).

2. Debater com outras concepções análogas em relação a este “objeto”, a Educação Sócio-Comunitária, a saber: educação comunitária, educação social, educação popular e Educação Não-Formal. Entre os caminhos para este debate, seria preciso ao menos tratar de:
  - A proposta de educação comunitária, segundo Martin Buber (1987) (e que serviu como princípio para a proposta contemporânea de Morais [2005]).
  - A proposta de educação social, segundo Mannheim (1972), como uma “recriação planejada da vida comunitária, cujos grupos seriam fonte da educação para a democracia militante.
  - A educação popular, segundo Paulo Freire e outros (FREIRE, 2004; GRACIANI, 2001), fundada na proposta de conduzir as populações marginalizadas à autonomia social através de uma educação dialógica.
  - A educação social como atuação em prol da melhoria da qualidade de vida de populações em situação de risco (CARO; GUZZO, 2004).
  - Experiências de “Educação Sócio-Comunitária” contemporânea de caráter não-emancipatório, como a maioria daquelas realizadas em torno de programas empresariais de “responsabilidade social” (cujo caráter emancipador e transformador é, no mínimo, limitado [PAOLI, 2002]), bem como de caráter talvez mais reprovável, pelos movimentos conservadores nos Estados Unidos (APPLE; OLIVER, 2002).

- A educação comunitária, segundo propostas atuais expressas pelo Instituto Paulo Freire (Cf. GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1999 e PÔSTER; ZIMMER, 1995), na qual se defende, sobretudo, a necessidade da articulação desta educação com as estratégias de sobrevivência, recriação ou revigoração das comunidades.
- A chamada “Educação Não-Formal”, nem tanto uma outra modalidade distinta de educação, mas um outro modo de denominar fenômenos análogos de educação social e comunitária descritos acima. Entre os estudos que discutem o tema deste ponto de vista, destacam-se Maria da Glória Gohn (2001) com uma abordagem fundada no marxismo e outras sociologias “críticas”, bem como obras realizadas pelo Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, cuja abordagem enfatiza autores “pós-modernistas” (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001 e PARK; FERNANDES, 2005).
- Perspectivas críticas à educação comunitária, baseadas principalmente no marxismo, em destaque na obra de Antonio Gramsci, como Silva (2003) e Martins (2005).

Neste artigo, busquei apresentar, ainda que de modo sucinto, as propostas mais gerais desta pesquisa, amparada por financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e desenvolvida no interior do Programa de Pós-Graduação *Strico Sensu* em Educação do UNISAL. Ao mesmo tempo, venho realizando atividades acadêmicas que já me encaminham fortemente para a segunda etapa prevista da pesquisa, ao orientar diversas pesquisas de mestrado em

Educação que analisam experiências de Educação Sócio-Comunitária ou congêneres, bem como debater com estes e outros mestrandos do Programa sobre suas pesquisas em disciplinas por mim ministradas, tanto quanto nas reuniões dos grupos de pesquisa e do colegiado deste Programa. Tais pesquisas indicam um rico e complexo universo de práticas e concepções, passíveis de serem analisadas e, quiçá, dinamizadas em seu caráter emancipatório pelo olhar sócio-comunitário que estamos propondo.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. Adorno. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- APPLE, Michael W.; OLIVER, Anita. Indo para a direita. A educação e a formação de movimentos conservadores. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, cap. 10, p. 271-303.
- BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_; PASSERON, J.C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARO, Sueli M. P.; GUZZO, Raquel S. L. *Educação social e psicologia*. Campinas: Alínea, 2004.
- DURKHEIM, É. *Educação e Sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- \_\_\_\_\_. *La Educación moral*. Buenos Aires: Losada, 1947.

FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e educação popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GALLO, Silvio. *Pedagogia do risco: Experiências anarquistas em educação*. Campinas: Papyrus, 1995.

GOHN, M. da Glória. *Educação Não-Formal e cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRACIANI, Maria Stela S. *Pedagogia social de rua. Análise e sistematização de uma experiência de vida*. 4. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

GROPPO, L. A. *Universidade e comunidade na perspectiva dos movimentos estudantis dos anos 1960*. Educação Unisinos, 9 (1), p. 26-38, jan./abr. 2005.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANACORDIA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação, comunidade e sociedade: reflexões críticas sobre as práticas educativas do “terceiro setor”. *Revista de Ciências da Educação*. Lorena: UNISAL, 2.º sem./2006.

\_\_\_\_\_. *Educação Sócio-Comunitária em construção*. Digitado (texto interno). UNISAL/Americana-SP, 2005.

MORAIS, Régis de. Uma visão de Educação Sócio-Comunitária. In: *Educação & Cidadania*, v. 4, n. 1, Campinas. Átomo, 2005, p. 21-34.

NORONHA, O. M. Cooperativismo sócio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais. In: *Anais do VI Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste/ANPED*, maio 2004 (Cd-rom).

NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez, 1993.

NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil, In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, cap. 8, p. 373-418.

PARK, Margareth. B.; FERNANDES, Renata S. *Educação Não-Formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas: UNICAMP/CMU, Holambra: Setembro, 2005.

PÔSTER, Cyril; ZIMMER, Jürgen. *Educação Comunitária no Terceiro Mundo*. Campinas: Papyrus, 1995.

RELATÓRIO APCN ENVIADO A CAPES. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Mestrado em Educação. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, jul. 2004.

SILVA, R. B. *Educação comunitária*. Campinas: Autores Associados, 2003.

SIMSOM, Olga R. von; PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S. (Orgs.). *Educação Não-Formal. Cenários da criação*. Campinas: UNICAMP, Centro de Memória, 2001.

ZUIN, A. S. et. al. Adorno. *O poder educativo do pensamento crítico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.